

Publicidade Legal



ANO 59 - Nº 20.542
24 DE MARÇO DE 2023



ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

SICREDI PARTICIPAÇÕES S.A.

Av. Assis Brasil, 3940 - Cep: 91060-900 - Porto Alegre/RS - CNPJ: 10.480.950/0001-14



Relatório da Administração

Em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulgamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Sicredi Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A evolução das principais contas patrimoniais, quando comparadas com o exercício anterior, decorre do esforço empreendido pelo conjunto das Cooperativas de Crédito Acionistas, Banco Cooperativo Sicredi S.A., Empresas Controladas, Confederação, seus Dirigentes e Colaboradores, cujos esforços caminham na direção da modernização e profissionalização de todo o Sistema Sicredi. A Sicredi Participações S.A., possui participação majoritária no capital votante do Banco Cooperativo Sicredi S.A. O Banco Sicredi divulgou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme dispositivos legais e do estatuto social, no Jornal do Comércio do dia 21 de março de 2023. Porto Alegre, 22 de março de 2023.

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021			2022	2021			
Disponibilidades	4	49	121	611.295	523.440	Depósitos e demais instrumentos financeiros			146.285.818	80.243.127		
Instrumentos financeiros		28.268	6.251	149.400.422	82.402.739	Depósitos	13		47.367.826	41.165.337		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5			18.431.808	5.767.144	Captações no mercado aberto	13		31.015.145	3.749.399		
Depósitos compulsórios no Banco Central	6			4.236.748	3.784.928	Recursos de aceites e emissão de títulos	14		31.787.555	9.069.682		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	28.268	6.251	38.023.351	8.652.569	Obrigações por empréstimos	15		6.376.481	4.488.697		
Carteira própria		28.268	6.251	13.719.595	5.600.769	Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	15		18.255.380	14.329.542		
Vinculados a operações compromissadas				23.248.790	2.480.595	Instrumentos financeiros derivativos	7.c		368.547	29.404		
Vinculados a prestação de garantias				1.023.008	444.799	Outros passivos financeiros	16		11.114.884	7.411.066		
Instrumentos financeiros derivativos	7.c			31.958	126.406	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	17		33.460	28.426		
Repasses interfinanceiros	8			55.443.135	38.688.782	Obrigações fiscais diferidas	20b		30.647	55.818		
Operações de crédito	8			21.652.001	17.339.331	Outros passivos	18	39.092	1.863	642.968	455.722	
Outros ativos financeiros	9			11.743.857	8.241.414	Capital social	19	3.298.737	2.111.744	3.298.737	2.111.744	
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.e			(130.478)	(71.429)	Reservas de lucros			90.575	17.446	90.575	17.446
Créditos tributários	20b			192.978	58.987	Outros resultados abrangentes			(49)	1.333	(49)	1.333
Outros ativos	10	38.453	10.328	312.154	201.724	Prejuízos acumulados				(15.246)		(15.246)
Investimentos em participações em controladas	11	3.270.647	2.096.753			Participação de acionistas não controladores					287.806	353.258
Outros investimentos		10	7	988	729	Participação de acionistas não controladores					287.806	353.258
Imobilizado de uso	12	402	147	61.591	60.349	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.337.829	2.113.607	150.579.436	83.248.095	
Intangível	12			8	127							
Total do ativo		3.337.829	2.113.607	150.579.436	83.248.095							

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Receitas da intermediação financeira	Nota	Controladora		Consolidado		Despesas de pessoal	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	8.f			5.763.731	2.800.157	Despesas tributárias	25	(2.732)	(1.886)	(2.303.344)	(1.980.052)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.833	368	5.226.377	1.136.598	Despesas tributárias		(3.674)	(1.002)	(231.764)	(166.522)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7.c			(163.192)	182.853	Resultado de participações em controladas	11	130.972	(9.738)		
Resultado de operações de câmbio				45.346	47.924	Outras receitas operacionais	26	173	62	577.961	375.579
Resultado de aplicações compulsórias				307.981	121.053	Outras despesas operacionais	27	(22)		(61.960)	(122.608)
Despesas da intermediação financeira				(9.788.701)	(3.004.841)	Resultado operacional		123.128	(14.294)	302.991	210.707
Operações de captação no mercado				(9.106.555)	(2.129.298)	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		123.128	(14.294)	302.991	210.707
Resultado de empréstimos e repasses				(682.146)	(875.543)	Imposto de renda e contribuição social	20	(7.226)	(952)	(113.276)	(83.285)
Resultado da intermediação financeira		2.833	368	1.391.542	1.283.744	Imposto de renda		(5.306)	(694)	(151.833)	(25.795)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				(59.879)	(50.052)	Contribuição social		(1.920)	(258)	(123.913)	(20.782)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.833	368	1.331.663	1.233.692	Créditos fiscais diferidos líquidos				158.982	(36.708)
Outras receitas (despesas) operacionais		120.295	(14.662)	(1.028.672)	(1.022.985)	Reversão IR e CSLL do exercício anterior				3.488	
Receitas de prestação de serviços	23			1.093.570	962.241	Participações nos lucros				(25.590)	(24.885)
Despesas de pessoal	24	(4.422)	(2.098)	(103.135)	(91.623)	Participações dos acionistas não controladores				(48.223)	(117.783)
Outras despesas administrativas	25	(2.732)	(1.886)	(2.303.344)	(1.980.052)	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		115.902	(15.246)	115.902	(15.246)
Despesas tributárias		(3.674)	(1.002)	(231.764)	(166.522)	Quantidade de ações no final do exercício	19	3.208.211.122	2.108.211.122		
Resultado de participações em controladas	11	130.972	(9.738)			(Prejuízo)/Lucro líquido por lote de mil ações no fim do exercício - R\$		36,13	(7,23)		
Outras receitas operacionais	26	173	62	577.961	375.579						
Outras despesas operacionais	27	(22)		(61.960)	(122.608)						
Resultado operacional		123.128	(14.294)	302.991	210.707						

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Capital Social		Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Subscrito	A Integralizar	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Outros resultados abrangentes				
Aumento de capital	1.178.211		16.521	925	(751)		1.222.087	316.856	1.538.943
Dividendos pagos	930.000						930.000		930.000
Ajustes ao valor de mercado - TVM					2.084	(27.181)	(27.181)		(27.181)
Prejuízo líquido do exercício						(15.246)	(15.246)	117.783	102.537
Destinações do lucro:									
Distribuição de dividendos								(81.381)	(81.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.108.211		16.521	925	1.333	(15.246)	2.111.744	353.258	2.465.002
Aumento de capital	1.100.000						1.100.000		1.100.000
Ajustes ao valor de mercado - TVM					(1.382)		(1.382)		(1.382)
Lucro líquido do exercício						115.902	115.902	48.223	164.125
Destinações do lucro:									
Reserva legal			5.795			(5.795)			
Distribuição de dividendos						(27.527)	(27.527)		(27.527)
Reserva especial de lucro			(15.246)			15.246			
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório						(82.580)	82.580	(113.675)	(113.675)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.208.211		7.070	925	(49)		82.580	287.806	3.586.543

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	123.128	(14.294)	277.401	185.822	Aumento (redução) em outras provisões, obrigações fiscais diferidas e outros passivos	9.702	362	(1.103.309)	85.564	
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(48.240)	15.144	33.529.679	(8.023.113)	
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos			(200.241)	(34.563)	Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			59.879	50.052	Títulos e créditos a receber				106.919	
Depreciações e amortizações	44	40	4.489	4.570	Aquisição de imobilizado de uso	(299)		(5.878)	(3.536)	
Perda na alienação de imobilizado			565	160	Integralização de capital em empresas controladas	(1.072.424)	(933.206)	(1.101.942)	(958.434)	
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas			5.034	297	Aquisição de outros investimentos	(3)		(259)	(50)	
Juros sobre instrumentos híbridos de capital			466	937	Dividendos e juros ao capital recebidos	28.120	25.228			
Juros da dívida subordinada					(Aumento) redução de Títulos Disponíveis para Venda			(16.904.498)	6.334.313	
Resultado de participação em controladas	(130.972)	9.738			(Aumento) redução de Títulos Mantidos até o Vencimento			(12.259.606)	259.641	
(Prejuízo)/Lucro líquido ajustado no exercício	(7.800)	(4.516)	147.593	207.275	Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.044.606)	(907.978)	(30.272.183)	5.738.853	
Variações nos ativos e passivos					Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez			(6.417.552)	(2.272.471)	Divida subordinada			1.273.880	(60.809)	
Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(22.017)	20.159	332.485	142.397	Aumento de capital	1.100.000	930.000	2.200.000	1.860.000	
(Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central			(451.820)	(704.007)	Juros ao capital			(31.368)	(2.539)	
(Aumento) em repasses interfinanceiros			(16.754.353)	(13.942.903)	Dividendos pagos			(36.243)	(92.602)	(106.382)
(Aumento) em operações de crédito			(4.312.670)	(2.853.245)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.100.000	893.757	3.349.910	1.690.270	
(Aumento) redução em outros instrumentos financeiros		(848)	200.909	(616.510)	(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(72)	(29)	6.334.967	(639.062)	
(Aumento) em provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito			(830)	(638)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	121	150	2.151.964	2.791.026	
(Aumento) em outros ativos e créditos tributários	(28.125)	(13)	(110.432)	(54.764)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	49	8.486.931	2.151.964	
Aumento em depósitos			6.202.417	12.945.615						
Aumento (redução) em captações no mercado aberto			27.265.746	(9.723.203)						
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos			22.717.873	4.912.279						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Sicredi Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro 2008, integrante do Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema"), que tem por objeto social a participação majoritária no capital votante do Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco" ou "Instituição"). A Companhia possui participação de 90,52% (86,32% em 2021) no capital do Banco, instituição financeira privada nacional, constituída de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. O Banco tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sicredi, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito Singulares ("Cooperativas"), possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo. Em 31 de dezembro de 2022, o Sistema está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.454 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais ("Centrais") - acionistas da Sicredi Participações S.A. -

a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi, além do Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda., a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. e a Administradora de Bens Sicredi Ltda. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. A Companhia, através do Banco, firmou acordo de investimento em 07 de junho de 2011 com o Rabo Partnerships B.V, braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2022, o Rabo Partnerships B.V participa com 8,38% (Em dezembro de 2021 - 12,10%) do capital do Banco. Em outubro de 2012, a Companhia, através do Banco, firmou acordo de investimento com a International Finance Corporation ("IFC"), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Sicredi Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

* continuação

Sociedades Anônimas, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com os princípios de consolidação normatizados pelo BACEN e incluem as demonstrações financeiras individuais da controlada direta (Banco) e das seguintes controladas indiretas:

Empresas	Atividade	2022	2021
Participações indiretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	100,00	100,00
Sicredi - FIC Multimercado			
Estratégia Arrojada Longo Prazo	Fundo de investimento em cotas	-	98,53
Sicredi - FIC Renda Fixa - Estratégia Conservadora Longo Prazo	Fundo de investimento em cotas	-	59,81
Sicredi - FIC Multimercado			
Estratégia Moderada Longo Prazo	Fundo de investimento em cotas	-	95,62
Sicredi - FIC Ações Sustentáveis ESG	Fundo de investimento em cotas	-	87,52

Participações diretas no capital:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.	Banco Cooperativo	90,67	86,37
--------------------------------	-------------------	-------	-------

Foram integradas as demonstrações financeiras consolidadas dos fundos de investimentos nos quais o Banco Sicredi sob qualquer forma, assuma ou retenha substancialmente riscos e benefícios. Durante o exercício de 2021, o Banco Sicredi realizou processo de seed money para alavancagem da abertura dos fundos de investimentos: Sicredi - FIC Multimercado Estratégia Arrojada Longo Prazo, Sicredi - FIC Renda Fixa Estratégia Conservadora Longo Prazo, Sicredi - FIC Multimercado Estratégia Moderada Longo Prazo e Sicredi - FIC Ações Sustentáveis ESG. Porém, completado o limite de 12 meses, o Banco realizou o resgate das aplicações. Com isso, o Banco não possui tais investimentos em 31 de dezembro de 2022 e os fundos citados não fazem mais parte da consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrup, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrup, são eliminados por completo. c) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pela Companhia. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram: a) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes a exercício futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) **Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados subseqüentemente da seguinte forma: **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento; **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, descontando a possibilidade de venda desses títulos. e) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Instituição utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros com o objetivo de atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Banco e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*Hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Sicredi. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*, em casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias: • *Hedge* de risco de mercado: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas devem ser registrados em contrapartida ao resultado do período da Instituição; • *Hedge* de fluxo de caixa: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da Instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, da parcela efetiva, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido os efeitos tributários e demais variações em contrapartida ao resultado do período. O Sicredi não possui operações classificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo suas operações de *hedge accounting* classificadas como risco de mercado. Para os derivativos classificados na categoria de *hedge accounting* existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de *hedge*, conforme determina a Circular nº 3.082/02. As operações com derivativos no mercado de futuro e opções são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas. f) **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, quando aplicável, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. g) **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. h) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata die* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. i) **Investimentos:** Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. j) **Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. k) **Intangível:** Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear. l) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida no resultado do período em questão pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. m) **Ativos e passivos em moeda**

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

estrangeira: Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio do Banco Central vigentes de acordo com as transações. As diferenças decorrentes de conversão de moeda são reconhecidas no resultado do período. n) **Depósitos, obrigações por repasse e demais passivos financeiros:** Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata die*. o) **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas. p) **Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre as diferenças temporárias, às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a CSLL. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Em virtude da aplicação da Lei nº 14.446 publicada em 02 de setembro de 2022 (Conversão da MP nº 1.115/22), que elevou a alíquota em um ponto percentual durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, o efeito ocasionado pela majoração temporária sobre os créditos tributários foi realizado durante a vigência da nova alíquota, com restabelecimento da alíquota em 1º de janeiro de 2023. q) **Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do BACEN, a saber: **Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes são êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; As **obrigações legais** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. r) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. s) **Plano de pensão - contribuição definida:** A Companhia e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que prevê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. t) **Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. u) **Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado recorrente

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Composição da carteira:

Nota	Controladora			Consolidado		
	Até 3 meses	Total da carteira	2021 Total da carteira	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	2021 Total da carteira
Carteira própria	-	-	-	-	-	5.274.080
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	3.375.547	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	-	-	-	-	-	77.078
Fundos de investimento renda fixa	28.268	28.268	6.251	205.901	-	203.576
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	8.691.586	-	-
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	-	1.446.561	1.446.561
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	-	-	46.035
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	462.377	-	17.038.882
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	4.070.271	-	2.094.723
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	44.914
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	44.914
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	18.235	-	1.004.773
Subtotal	7.b 28.268	28.268	6.251	16.823.917	-	37.991.393
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	27	10.721	31.958
Total - 2022	28.268	28.268	6.251	16.823.944	10.721	38.023.351
Total - 2021	6.251	-	6.251	235.635	47.411	8.369.523
Total circulante	-	-	-	-	-	16.834.665
Total não circulante	-	-	-	-	-	21.188.686

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. b) **Classificação de títulos e valores mobiliários:**

	Controladora		Consolidado	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Mantidos para negociação				
Sem vencimento	28.268	28.268	205.901	205.901
Subtotal	28.268	28.268	205.901	205.901
Disponível para a venda				
A vencer em até 12 meses	-	-	16.136.283	16.137.404
A vencer acima de 12 meses	-	-	2.154.123	2.094.723
Subtotal	-	-	18.290.406	18.232.127
Mantidos até o vencimento				
A vencer em até 12 meses	-	-	-	480.766
A vencer acima de 12 meses	-	-	-	19.151.047
Subtotal	-	-	-	19.631.813
Total - 2022	28.268	28.268	18.496.307	38.069.841
Total - 2021	6.251	6.251	8.525.519	8.824.935

Com base no entendimento da Circular 3.068/01 do BACEN, os títulos registrados na categoria mantidos até o vencimento são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, enquanto os títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda são ajustados pelo valor de mercado. Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Até 31 de dezembro de 2022, não foram realizadas reclassificações de categorias de títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2022, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 58.279 (em dezembro de 2021 - ganho líquido de R\$ 152), os quais parte estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$ 1.382 (em dezembro de 2021 - R\$ 2.084). No exercício de 2022, o montante de ajuste a valor de mercado de títulos classificados como mantidos para negociação registrado no resultado foi de R\$ 0 (em dezembro de 2021 ganho de R\$ 8.738). O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor das cotas dos fundos é atualizado diariamente e esse valor é o oficial enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e ANBIMA. c) **Instrumentos financeiros derivativos:** São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* cujo objeto de proteção são captações realizadas no mercado exterior. A utilização desses instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, a proteção contra riscos decorrentes das oscilações cambiais, sendo o vencimento dos instrumentos atrelados ao vencimento das operações de captação. Os instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, bem como as captações objeto de proteção são ajustados a valor de mercado, exceto quando mantido até o vencimento em operações casadas com a mesma contraparte (instrumento e objeto). A determinação dos valores de mercado dessas operações é realizada através de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela administração do Banco. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de negociação e disponíveis para venda, prefixados, são operados de forma casada com contratos derivativos, no qual o instrumento utilizado para proteção das oscilações das taxas são contratos de DI Futuro. O objeto desse instrumento é a proteção na oscilação das taxas dos títulos públicos prefixados. Os títulos públicos objetos de proteção são ajustados ao valor de mercado, usando premissas de preços de mercado, obtidos através de cotações para ativos e passivos com mesmas características, ou então, semelhantes. Na indisponibilidade dessas premissas, são utilizadas modelagens de precificação, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela gestão da entidade. Quanto aos instrumentos financeiros, custodiados pela B3, eles possuem

é aquele que está relacionado com as atividades características da Companhia ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades (a)	49	121	611.295	523.440
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	-	-	7.875.636	1.628.524
Re vendas a liquidar - posição bancada	-	-	-	338.239
Re vendas a liquidar - posição financiada	-	-	7.849.998	1.281.758
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	25.638	8.527
Total	49	121	8.486.931	2.151.964

(a) As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Aplicações no mercado aberto	7.849.998	-	-	7.849.998
Re vendas a liquidar - posição bancada	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	338.239
Re vendas a liquidar - posição financiada	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.849.998	-	-	7.849.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	872.061	6.177.095	3.507.016	10.556.172
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	872.061	6.177.095	3.507.016	10.556.172
Aplicações em depósitos de poupança	25.638	-	-	25.638
Aplicações em depósitos de poupança	25.638	-	-	25.638
Total - 2022	8.747.697	6.177.095	3.507.016	18.431.808
Total - 2021	1.898.268	2.027.335	1.841.541	5.767.144
Total circulante	-	-	-	14.924.792
Total não circulante	-	-	-	3.507.016

6. Depósitos compulsórios no Banco Central:

	Consolidado	
	2022	2021
Reservas compulsórias - depósitos de poupança	4.236.748	3.784.928
Total circulante	4.236.748	3.784.928

Os depósitos de poupança referem-se aos valores de recolhimentos obrigatórios de Poupança Rural e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em moeda nacional mantidas junto ao Banco Central.

Nota	Controladora			Consolidado		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	2021 Total da carteira	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	2021 Total da carteira
Carteira própria	-	-	-	-	-	5.274.080
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	3.375.547	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	-	-	-	-	-	77.078
Fundos de investimento renda fixa	28.268	28.268	6.251	205.901	-	203.576
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	8.691.586	-	-
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	-	1.446.561	1.446.561
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	-	-	46.035
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	462.377	-	17.038.882
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	4.070.271	-	2.094.723
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	44.914
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	44.914
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	18.235	-	1.004.773
Subtotal	7.b 28.268	28.268	6.251	16.823.917	-	37.991.393
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	27	10.721	31.958
Total - 2022	28.268	28.268	6.251	16.823.944	10.721	38.023.351
Total - 2021	6.251	-	6.251	235.635	47.411	8.369.523
Total circulante	-	-	-	-	-	16.834.665
Total não circulante	-	-	-	-	-	21.188.686

ajustes diários das operações de futuros que são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, respeitando a metodologia de cada operação, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. O Sicredi estabeleceu a contabilidade de *hedge* para as operações com derivativos de *swap*, no qual o objeto de proteção são captações no mercado externo, bem como as operações de DI Futuro, cujo objeto de proteção são os títulos públicos disponíveis para venda prefixados ou títulos privados prefixados. Portanto, as variações e ajustes decorrentes da (des)valorização desses instrumentos e objetos são lançados em contrapartida ao resultado, independente da sua classificação conforme circular nº 3.068/01, uma vez obedecida a Circular nº 3.082/02, que dispõe sobre o reconhecimento de operações de *Hedge accounting* em contas do resultado, quando classificadas como risco de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, exceto os instrumentos financeiros derivativos específicos cujo ajuste é realizado apenas pela curva, registrados e avaliados conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	2022		2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Compensação					
Contratos futuros	17.019.087	829.998	18.213.990	36.063.075	75.530
Contratos de <i>swap</i>	4.719.328				

Sicredi Participações S.A.

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2022, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no ativo é de R\$ 204 (em dezembro de 2021 - R\$ 153) e no passivo é de R\$ 6.123 (em dezembro de 2021 - R\$ 166), no consolidado. O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em R\$ 163.192 (em dezembro de 2021 - ganho de R\$ 182.853). Os títulos públicos dados em garantia para operações em bolsas, em 31 de dezembro de 2022, totalizam em posição patrimonial o montante de R\$ 351.051 (em dezembro de 2021 - R\$ 425.604). A seguir são apresentados os valores referenciais, objetos e instrumentos financeiros referente às operações classificadas como *hedge accounting*. O Banco Sicredi utiliza *Hedge Accounting* para parer perdas e ganhos de derivativos para *hedge* (doravante instrumento) às perdas e ganhos de ativos e passivos que são itens objetos de *hedge* (doravante objeto ou item), gerando benefício de previsibilidade e diminuição da volatilidade no balanço. A norma interna de *Hedge Accounting* estabelece as regras de utilização no Banco Sicredi, isto é, regras para alteração do reconhecimento do objeto e do instrumento de *hedge* nas demonstrações financeiras. As relações de *hedge* são de dois tipos: *Hedge* de Valor Justo e *Hedge* de Fluxo de Caixa: I. *Hedge* de Valor Justo: Tem como objetivo evitar prejuízos resultantes das variações no valor de mercado, inclusive de câmbio, do item objeto protegido. As variações nos preços dos derivativos utilizados para *hedge* de risco de valor justo, bem como dos instrumentos sob proteção, devem transitar diretamente pelo resultado da instituição. a. **Risco de Taxa Prefixada:** objeto possui taxa de remuneração ou pagamento prefixada e a oscilação no valor de mercado pode gerar ganhos ou perdas financeiras em função da variação do valor justo do objeto: • *Hedge* de Títulos Públicos Federais; • *Hedge* de Títulos Privados.

	Consolidado				Risco Cambial				
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste de Valor Justo	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste de Valor Justo	
Dividas									
Indexador									
Captação em dólar e taxa de juros prefixadas	117,6470% da LIBOR Sem.+ 1,2942% a.a.	39.451	37.154	37.390	(236)	118.352	117.702	114.373	3.329
Captação em dólar e taxa de juros prefixadas	LIBOR Semestral+0,85% a.a.	458.337	437.487	446.181	(8.694)	560.190	567.871	576.665	(8.794)
Captação em dólar e taxa de juros prefixadas	3,32% a.a.+Variação Cambial	438.176	423.639	370.228	53.411	438.176	454.748	424.511	30.237
Captação em dólar e taxa de juros prefixadas	6,45% a.a.+Variação Cambial	357.357	345.548	282.835	62.713	-	-	-	-
Captação em dólar e taxa de juros prefixadas	6,45% a.a.+Variação Cambial	192.423	186.064	152.292	33.772	-	-	-	-
Captação em dólar e taxa de juros prefixadas	4,39% a.a.+Variação Cambial	496.660	528.578	509.419	19.159	-	-	-	-
Captação em dólar e taxa de juros prefixadas	6,58% a.a.+Variação Cambial	52.340	53.598	52.689	909	-	-	-	-
Subtotal		2.034.744	2.012.068	1.851.034	161.034	1.116.718	1.140.321	1.115.549	24.772
Instrumentos Derivativos									
Indexador									
SWAP de taxa de juros pós-fixada	116% do CDI	39.451	(4.037)	(3.801)	(236)	118.352	(3.516)	(6.845)	3.329
SWAP de taxa de juros pós-fixada	106% do CDI	458.337	(39.302)	(30.608)	(8.694)	560.190	(4.704)	4.091	(8.794)
SWAP de taxa de juros pós-fixada	118,9% do CDI	438.176	(23.174)	(76.585)	53.411	438.176	11.359	(18.878)	30.237
SWAP de taxa de juros pós-fixada	155,12% do CDI	357.357	(21.025)	(83.738)	62.713	-	-	-	-
SWAP de taxa de juros pós-fixada	156,38% do CDI	192.423	(11.362)	(45.134)	33.772	-	-	-	-
SWAP de taxa de juros pós-fixada	110,75% do CDI	496.660	11.009	(8.149)	19.159	-	-	-	-
SWAP de taxa de juros pós-fixada	118,30% do CDI	52.340	(2.060)	(2.969)	909	-	-	-	-
Subtotal		2.034.744	(89.951)	(250.984)	161.034	1.116.718	3.139	(21.632)	24.772
Total Líquido		-	2.102.019	2.102.018	-	-	1.137.182	1.137.181	-

II. *Hedge* de Fluxo de Caixa: tem o objetivo de compensar variações no fluxo de caixa futuro da instituição. No caso do *hedge* de fluxo de caixa, somente a parcela não efetiva do instrumento deve transitar pelo resultado. A parcela efetiva é transferida para o patrimônio líquido, enquanto não se realizarem as variações nos fluxos de caixa projetados. Verificada tal situação, os ganhos e perdas contabilizados em conta do patrimônio líquido devem ser transferidos para o resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Banco Sicredi não realizou esta classificação de *hedge accounting*. Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco adota o método *dollar offset* cuja análise é realizada mensalmente: O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto, atribuído às alterações na taxa de juros. O teste de efetividade se dá na verificação das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do instrumento de *hedge* as quais compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto, evidenciando a relação de proteção, denominada como índice de *hedge*. Para ser considerada *hedge accounting* no Banco Sicredi, deve ser estabelecido que esse índice esteja entre 80% e 125%.

8. Operações de crédito, repasse interfinanceiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação:

	Consolidado					
	2022			2021		
	A vencer					
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira
Operações de crédito	1.090	764.727	3.806.629	17.079.555	21.652.001	17.339.331
Empréstimos e títulos descontados	-	197.519	681.770	2.080.641	2.959.930	2.181.928
Financiamentos	1.090	195.459	456.124	576.633	1.229.306	1.065.826
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	347.038	2.613.901	12.882.479	15.843.418	12.884.864
Financiamentos imobiliários	-	24.711	54.834	1.539.802	1.619.347	1.206.713
Repasse Interfinanceiros	-	4.925.768	31.026.123	19.491.244	55.443.135	38.688.782
Repasse Interfinanceiros crédito rural e outros recursos	-	3.956.492	25.633.759	13.941.118	43.531.369	38.688.782
Repasse Interfinanceiros outros	-	969.276	5.392.364	5.550.126	11.911.766	-
Operações de câmbio	-	118.546	329.870	609	449.025	174.023
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	16.a	-	115.946	322.634	596	439.176
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	2.600	7.236	13	9.849	3.585
Total - 2022	1.090	5.809.041	35.162.622	36.571.408	77.544.161	-
Total - 2021	392	3.744.639	23.378.866	29.078.239	-	56.202.136
Total circulante	-	-	-	-	40.972.753	27.123.897
Total não circulante	-	-	-	-	36.571.408	29.078.239

b) Composição da carteira de créditos por nível de risco: Conforme o disposto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, incluindo as operações de câmbio no valor de R\$ 449.025 (em dezembro de 2021 - R\$ 174.023), distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.682/99:

Níveis de risco	% Mínimo	% Adicional	Consolidado				
			Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de câmbio		
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
AA	0,00	0,05 e 0,13	75.302.019	44.256.059	-	45.213	-
A	0,50	0,36	125.228	11.134.083	626	15	55.670
B	1,00	0,00	4.056	469.783	41	-	4.698
C	3,00	0,92	2.109.858	340.983	63.296	19.292	10.229
D	10,00	0,00	589	185	59	-	19
E	30,00	0,00	312	204	94	-	61
F	50,00	0,00	370	95	185	-	48
G	70,00	0,00	240	132	168	-	92
H	100,00	0,00	1.489	612	1.489	-	612
Total			77.544.161	56.202.136	65.958	64.520	71.429

A partir de junho de 2022 foi aplicado aprimoramento dos critérios para a classificação de risco de crédito, das Cooperativas filadas ao Sicredi, para apuração da provisão de suas operações de crédito com contraparte junto ao Banco. Adicionalmente, a Administração decidiu adotar de forma conservadora percentuais superiores aqueles estabelecidos minimamente pela Resolução CMN 2.682/99, considerando o cenário econômico atual. c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento:

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	A vencer					
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira
Setor privado	-	4.925.768	31.026.123	19.491.244	55.443.135	38.763.710
Intermediação financeira (a)	-	347.038	2.613.901	12.882.479	15.843.418	12.884.863
Rural	-	24.711	54.834	1.539.802	1.619.347	1.206.713
Habituação	-	184.702	592.303	1.113.296	1.890.546	1.300.722
Pessoas jurídicas	245	105.847	286.276	751.647	1.144.349	929.255
Pessoas físicas	247	174.346	431.301	634.921	1.240.815	832.339
Comércio	19	46.628	157.885	158.019	362.551	284.534
Indústria	1.090	5.809.040	35.162.623	36.571.408	77.544.161	-
Total - 2022	393	3.744.639	23.378.866	29.078.239	-	56.202.136
Total - 2021	-	-	-	-	40.972.753	27.123.897
Total circulante	-	-	-	-	36.571.408	29.078.239
Total não circulante	-	-	-	-	-	-

(a) Refere-se substancialmente aos repasses interfinanceiros de crédito rural e outros recursos entre o Banco e as Cooperativas filadas ao Sistema Sicredi, que em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 55.443.135 (em dezembro de 2021 - R\$ 38.688.782).

d) Concentração das operações de crédito:

	Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	21.217.045	27,36	14.540.801	25,87
50 devedores seguintes	32.301.482	41,66	22.896.984	40,74
100 devedores seguintes	3.149.138	4,06	2.262.456	4,03
Demais	20.876.496	26,92	16.501.895	29,36
Total	77.544.161	100,00	56.202.136	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	71.429	22.015
Constituição/(reversão) de provisão mínima	(4.641)	60.060
Constituição/(reversão) de provisão adicional	64.520	(10.008)
Subtotal	59.879	50.052
Créditos baixados como prejuízo	(830)	(638)
Saldo final	130.478	71.429

	Controladora e Consolidado			
	Risco de Taxa Prefixada			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor da Curva	Valor de Mercado
Dividas				
Indexador				
Títulos Públicos Federais	18.290.406	18.232.127	-	-
Títulos Privado	79.501	78.540	-	-
Subtotal	18.369.907	18.310.667	-	-
Instrumentos Derivativos				
Indexador				
Contratos de Futuros	18.512.205	18.512.205	-	-
Subtotal	18.512.205	18.512.205	-	-
Total Líquido	(142.298)	(201.538)	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco reclassificou do patrimônio líquido para o resultado do período uma perda não realizada de R\$ 58.279 (em dezembro de 2021 - perda de R\$ 27.992) referente ao ajuste da marcação a mercado sobre títulos disponíveis para venda, tendo em vista a classificação desses objetos como *Hedge* de Risco de Mercado para fins de cumprimento das normas de *Hedge Accounting*. b. **Risco Cambial:** risco de variação na taxa de câmbio podendo gerar variações nos fluxos de caixa ou no valor justo de ativos e passivos do Banco: • *Hedge* de Captações.

	Consolidado				Risco Cambial			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste de Valor Justo	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste de Valor Justo
Repasse interfinanceiros								
Empréstimos	4.277.520	1.658.715	353.497	282.899	118.352	117.702	114.373	3.329
Financiamentos	124.984	116.350	879.069	683.306	560.190	567.871	576.665	(8.794)
Financiamentos rurais e agroindustriais	127.660	64.052	5.762.730	2.805.322	438.176	454.748	424.511	30.237
Financiamentos habitacionais	1.001	569	1.743.857	824.144	-	-	-	-
Subtotal	5.763.731	2.805.891	8.241.414	4.113.566	1.116.718	1.140.321	1.115.549	24.772
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.763.731	2.805.891	8.241.414	4.113.566	1.116.718	1.140.321	1.115.549	24.772

f) Resultado com operações de crédito e repasses interfinanceiros:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Repasse interfinanceiros	4.277.520	1.658.715
Empréstimos	353.497	282.899
Financiamentos	124.984	116.350
Financiamentos rurais e agroindustriais	127.660	64.052
Financiamentos habitacionais	1.001	569
Subtotal	5.762.730	2.805.322
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.001	569
Total	5.763.731	2.805.891

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo totalizaram o montante de R\$ 1.001 (em dezembro de 2021 - R\$ 569) e foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito". Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram realizadas renegociações de operações de crédito.

9. Outros ativos financeiros:

	Consolidado	
	2022	2021
Transações de pagamento (a)	2.569.490	1.969.168
Pagamentos instantâneos (b)	155.220	32.101
Demais operações de câmbio (c)	531.826	262.567
Negociação e intermediação de valores	213	156
Trans		

Sicredi Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

* continuação

Informações da controlada - Banco Cooperativo Sicredi S.A.

	2022	2021
Total do ativo circulante e não circulante	150.419.287	83.117.785
Passivo circulante e não circulante	146.860.656	80.667.909
Patrimônio líquido	3.558.631	2.449.876
Total do passivo e do patrimônio líquido	150.419.287	83.117.785
Resultado do exercício	179.510	108.003

12. Imobilizado de uso e intangíveis:

	Controladora		2022		2021	
	Taxas anuais de depreciação/amortização %	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	—	8	—	8	8	8
Móveis e utensílios e instalações	10	327	(209)	118	130	130
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	20	151	(144)	7	9	9
Sistemas de transporte	20	290	(24)	266	—	—
Outras imobilizações	10	36	(33)	3	—	—
Total - 2022		812	(410)	402	—	—
Total - 2021		513	(366)	—	147	—

	Consolidado		2022		2021	
	Taxas anuais de depreciação/amortização %	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	—	6.625	—	6.625	6.625	6.625
Edificações	2 a 4	47.813	(14.464)	33.349	32.284	32.284
Móveis e utensílios e instalações	2 a 50	33.282	(19.880)	13.402	15.668	15.668
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	7 a 38	6.883	(4.951)	1.932	1.703	1.703
Sistemas de transporte	11 a 25	1.805	(787)	1.018	370	370
Outras imobilizações	8 a 20	2.097	(999)	1.098	286	286
Imobilizações em andamento	—	4.167	—	4.167	3.413	3.413
Total - 2022		102.672	(41.081)	61.591	—	—
Total - 2021		97.653	(37.304)	—	60.349	—

	Consolidado		2022		2021	
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação/amortização %	Líquido
Outros Intangíveis	3.642	(3.634)	8	127	10 a 20	—
Total - 2022	3.642	(3.634)	8	127		
Total - 2021	3.642	(3.515)	—	127		

13. Depósitos e captações no mercado aberto: Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	Consolidado		2022		2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Depósitos	32.196.149	7.510.957	7.660.720	47.367.826	41.165.337	41.165.337
Depósitos à vista	107.748	—	—	107.748	79.958	79.958
Depósitos de poupança rural	26.530.271	—	—	26.530.271	26.056.793	26.056.793
Depósitos interfinanceiros	524.702	7.462.366	7.420.687	15.407.755	12.045.633	12.045.633
Depósitos a prazo	5.033.428	48.591	240.033	5.322.052	2.982.953	2.982.953
Captações no mercado aberto	29.068.221	539.677	1.407.247	31.015.145	3.749.399	3.749.399
Carteira própria	21.216.894	539.677	1.407.247	23.163.818	2.467.641	2.467.641
Carteira de terceiros	7.851.327	—	—	7.851.327	1.281.758	1.281.758
Fundos de investimentos	7.071.196	—	—	7.071.196	1.281.758	1.281.758
Instituições financeiras	780.131	—	—	780.131	—	—
Total - 2022	61.264.370	8.050.634	9.067.967	78.382.971	44.914.736	44.914.736
Total - 2021	31.719.832	9.335.876	3.859.028	44.914.736	41.055.708	41.055.708
Total circulante				69.315.004	41.055.708	41.055.708
Total não circulante				9.067.967	3.859.028	3.859.028

14. Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Recursos de letras de crédito do agronegócio	1.127.301	7.361.213	17.308.395	25.796.909	6.644.851	6.644.851
Obrigações por emissão de letras financeiras	157.742	557.928	5.274.976	5.990.646	2.424.831	2.424.831
Total - 2022	1.285.043	7.919.141	22.583.371	31.787.555	9.069.682	9.069.682
Total - 2021	573.111	2.225.488	6.271.083	9.069.682	2.798.599	2.798.599
Total circulante				22.583.371	6.271.083	6.271.083
Total não circulante				9.069.682	2.798.599	2.798.599

Em junho de 2022, o Banco efetuou a primeira emissão de Letras Financeiras Sustentáveis no valor de R\$ 780.000 com vencimento até 2025, para linha de crédito aos associados destinada a projetos e boas práticas alinhadas à sustentabilidade, cujo saldo está composto na rubrica obrigações por emissão de letras financeiras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 839.796.

15. Obrigações por empréstimos e repasses:

	Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Obrigações por empréstimos	575.777	3.086.426	2.714.278	6.376.481	4.488.697	4.488.697
Empréstimos no País - Instituições Oficiais (a)	1.565	3.473	97.516	102.554	73.235	73.235
Empréstimos no País (b)	207.504	1.492.126	443.630	2.143.260	1.460.252	1.460.252
Empréstimos no exterior (c)	366.708	1.590.827	2.173.132	4.130.667	2.955.210	2.955.210
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais (d)	574.705	3.345.689	14.334.986	18.255.380	14.329.542	14.329.542
Tesouro Nacional	65.867	291.104	68.440	425.411	78.384	78.384
Banco do Brasil	40.545	156.553	1.292.183	1.489.281	937.258	937.258
BNDES	325.873	2.056.557	9.760.405	12.142.835	9.991.561	9.991.561
FINAME	142.359	833.827	3.017.788	3.993.974	3.295.043	3.295.043
FNO Banco da Amazônia	61	7.648	196.170	203.879	27.296	27.296
Total - 2022	1.150.482	6.432.115	17.049.264	24.631.861	18.818.239	18.818.239
Total - 2021	890.125	3.325.376	14.602.738	18.818.239	4.215.501	4.215.501
Total circulante				7.582.597	4.215.501	4.215.501
Total não circulante				17.049.264	14.602.738	14.602.738

(a) Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira com vencimento até novembro de 2028. Parte destes contratos de captação possuem cláusulas restritivas de dívida (covenants). Em 31 de dezembro de 2022, o Banco está em conformidade com as cláusulas dos referidos contratos. Parte destes recursos no exterior é destinado ao financiamento de empreendimentos femininos no montante de R\$ 934.836, sendo R\$ 438.176 captados em novembro de 2021 em parceria com a Sociedade Alemã para Investimento e Desenvolvimento - DEG e à agência de fomento francesa PROPARGO, e R\$ 496.660 em maio de 2022 junto ao International Finance Corporation (IFC). A linha de crédito é destinada a micro, pequenas e médias empresas brasileiras lideradas por mulheres e inclui o fator gênero como critério para o uso dos recursos. Por meio desta ação, contribuímos para o 2X Challenge - Finance for Women, desafio global lançado pelas instituições de desenvolvimento do G7 e que tem como objetivo destinar recursos à geração de oportunidades de empreendedorismo e liderança a mulheres em países emergentes. (b) As obrigações por repasses no País representam principalmente captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais até o ano de 2035. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

16. Outros passivos financeiros:

	Consolidado		Nota	
	2022	2021	2022	2021
Recebimentos e pagamentos a liquidar	11.639	1.736	—	—
Transações de pagamento(a)	7.671.483	5.511.578	—	—
Recursos em trânsito de terceiros	161.505	141.134	—	—
Transferência Interna de recursos	8.903	1.538	—	—
Negociação e intermediação de valores	6.138	168	—	—
Provisão dos juros poupança rural	102.598	76.305	—	—
Transações com cartões (b)	1.478.403	1.277.975	—	—
Carteira de câmbio	128.352	99.206	16.a	128.352
Dívida subordinada	67.743	1.111	16.c	67.743
Total circulante	9.636.764	7.110.751		
Obrigações por recursos de consorciados (c)	—	29.909	—	—
Dívida subordinada	1.252.248	45.000	16.c	1.252.248
Instrumentos híbridos de capital e dívida	225.872	225.406	16.b	225.872
Total não circulante	1.478.120	300.315		
Total	11.114.884	7.411.066		

(a) Transações de pagamento referem-se aos pagamentos que serão realizados aos credenciadores, relativos à agenda financeira da emissão. (b) Transações com cartão de crédito referem-se aos pagamentos que serão realizados aos estabelecimentos comerciais e demais parceiros, relativos à agenda financeira da aquisição, bem como eventuais saldos da agenda de emissão aguardando liquidação pela bandeira. (c) Obrigações por recursos de consorciados referem-se a valores a devolver decorrente da desistência, exclusões e provenientes de rateios de saldos de consorciados, transferidos para a Administradora de Consórcios. Em atendimento à Instrução Normativa 276 de 04/04/2022, a partir de 31 de dezembro de 2022 o registro dos recursos não procurados dos grupos de consórcio encerrados após a Lei nº 11.795/2008, bem como aqueles correspondentes à aplicação desses recursos, foram reclassificados para contas de compensação. a) Carteira de câmbio:

	Consolidado		Nota	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio vendido a liquidar	47.488	17.364	—	—
Obrigações por compra de câmbio	520.040	252.280	—	—
Adiantamentos de contratos de câmbio	(438.580)	(168.939)	8.a	(438.580)
Total circulante	128.948	100.705		
Adiantamentos de contratos de câmbio	(596)	(1.499)	8.a	(596)
Total não circulante	(596)	(1.499)		
Total	128.352	99.206		

b) Instrumentos híbridos de capital e dívida: Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais filiadas ao Sistema Sicredi no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI - Cetip Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3. Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letras Financeiras Subordinadas, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário - RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos. A captação encontra-se assim distribuída entre as Cooperativas Centrais:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Central	139.446	139.157
Central Sicredi Sul	56.684	56.567
Central Sicredi PR/SP	25.432	25.380
Central Sicredi MT/PA/RO	4.310	4.302
Central Sicredi Brasil Central	225.872	225.406
Total	225.872	225.406

c) Dívida subordinada: Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o Banco possui Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) emitidas no valor de R\$ 800.300, com vencimento até 2032. Em janeiro de 2022, o Banco realizou a emissão de Green Bond Subordinado no valor de USD 100.000 junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado em sua integralidade para o financiamento de projetos de energia renovável e eficiência energética junto aos associados do Sicredi. O valor captado em reais equivalente a R\$ 540.780 e possui vencimento para dez anos (principal) e pagamento de juros semestrais. Em 31 de dezembro de 2022 o valor total atualizado destes instrumentos de dívida subordinada é de R\$ 1.319.991 (em dezembro de 2021 - R\$ 46.111). **17. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** A Companhia, o Banco e as suas controladas são partes em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica "Provisões para riscos cíveis, tributário e trabalhistas" e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

	Consolidado		Probabilidade de perda	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhista	21.765	21.648	Provável	—
Cível	11.695	6.778	Provável	—
Total não circulante	33.460	28.426		

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível no Consolidado no montante de R\$ 57.863 (Em dezembro de 2021 - R\$ 53.255). Nas ações avaliadas como risco provável, destacamos a ação cível de indenização de danos morais no valor de R\$ 49.509 movida contra o Banco Sicredi referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, que não teriam sido adequadamente cumpridos. A movimentação da provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas é como segue:

	Consolidado		31/12/2021		31/12/2022	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Trabalhista	1.209	(1.093)	21.648	21.648	21.648	21.648
Cível	5.021	(103)	6.778	6.778	6.778	6.778
Total não circulante	6.230	(1.196)	28.426	28.426	28.426	28.426

Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos judiciais relacionados aos riscos supracitados contemplam o montante de R\$ 31.117 (Em dezembro de 2021 - R\$ 26.409), no Consolidado, registrados na rubrica de "Outros ativos". Na controladora SicrediPar não existem processos de natureza trabalhista, cível e tributário em aberto na data base de 31 de dezembro de 2022.

18. Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (a)	—	—	3.421	1.993
Dividendos a pagar	27.527	—	158.061	92.602
Outras sociais e estatutárias	—	—	34.066	8.524
Fiscais e previdenciárias	10.752	1.810	79.714	27.432
Credores diversos	—	—	69.024	131.930
Obrigações por convênios oficiais (b)	—	—	19.983	10.803
Provisão para pagamentos a efetuar	—	—	16.226	9.667
Provisão folha de pagamento	790	—	40.669	39.362
Contas a pagar - empresas do grupo (c)	5	12	167.794	127.602
Demais fornecedores	18	41	54.010	5.807
Total circulante				

Sicredi Participações S.A.

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

(a) O efeito da majoração da alíquota é referente ao diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, nas quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%. b) **Tributos diferidos ativos e passivos:** i. *Composição dos tributos diferidos:* Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, já consideradas as alíquotas fiscais de 25% para o Imposto de Renda e 21% para a Contribuição Social e no período de 31 de dezembro de 2021 as alíquotas consideradas foram de 25% para o Imposto de Renda e 25% para a Contribuição Social. O registro dos valores ocorreu nas rubricas "Créditos Tributários" no ativo e "Obrigações Fiscais Diferidas" no passivo e apresentam-se como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Diferenças temporárias - Ativo Fiscal Diferido		
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	14.832	12.705
Provisões de PLR e PPR	11.673	11.230
Provisão para perdas em ativos	59.344	32.385
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	105.617	470
Outras provisões	1.512	2.197
Total	192.978	58.987

	Consolidado	
	2022	2021
Diferenças temporárias - Passivo Fiscal Diferido		
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	(29.922)	(55.060)
Depreciação/amortização	(725)	(759)
Total	(30.647)	(55.819)

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 11,41% (em dezembro de 2021 - 9,99%), apurada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 138.785 (em dezembro de 2021 - R\$ 52.301). Não existem créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. ii. *Período estimado de realização:* Os valores dos ativos fiscais diferidos consolidados, apresentam as seguintes expectativas de realização 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado	
	2022	2021
Valor dos créditos		
2022	–	30.412
2023	75.953	11.234
2024	13.472	10.410
2025	9.350	6.931
2026	39.195	–
2027	11.895	–
2028	28.226	–
2032	14.887	–
Total	192.978	58.987

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Instituição e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Instituição.

iii. *Movimentação no exercício*

	Consolidado					
	Diferido ativo		Diferido passivo		Patrimônio líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	58.987	41.599	(55.819)	(670)	182	(872)
Tributos diferidos constituídos	688.070	155.638	(194.334)	(148.522)	(8.286)	5.048
Tributos diferidos realizados	(554.079)	(138.250)	219.506	93.373	8.104	(3.994)
Saldo no final do exercício	192.978	58.987	(30.647)	(55.819)	–	182

21. Saldos e transações com partes relacionadas: *Instituições relacionadas / Sistema de Crédito Cooperativo - (Sicredi):* Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pela Companhia, Banco e suas controladas com as entidades do Sistema Sicredi:

	2022		2021	
Ativo	75.439.811	48.571.551	–	4.109
Aplicações em cotas de fundo de investimento	–	–	11.954.520	3.880.057
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.443.135	38.688.782	–	–
Repasse interfinanceiros	374.935	463.953	–	–
Operações de crédito	25.287	19.308	7.735.818	5.565.325
Rendas a receber	(93.884)	(49.983)	–	–
Outros créditos - diversos	49.121.036	9.999.511	–	–
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	65.327	30.940	4.922.332	2.840.667
Passivo	14.574.101	4.488.186	21.216.894	961.680
Depósitos à vista	7.851.326	1.281.758	–	–
Depósitos a prazo	161.310	101.308	103.874	69.566
Depósitos interfinanceiros	225.872	225.406	–	–
Captações no mercado aberto - carteira própria	–	–	2022	2021
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	5.497.940	1.968.419	3.610.631	1.492.474
Sociais e estatutárias	1.499.543	244.982	23.072	19.844
Outras obrigações - diversas	364.694	211.119	5.503.968	1.228.279
Instrumentos híbridos de capital e dívida	4.113.604	–	1.344.853	1.188.905
Receitas	1.834	1.918	43.677	37.456
Operações de crédito	–	–	–	–
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	–	–	–	–
Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–
Outras receitas operacionais	–	–	–	–
Despesas	–	–	–	–
Operações de captação no mercado	–	–	–	–
Outras despesas administrativas	–	–	–	–
Outras despesas operacionais	–	–	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	–

Instituições relacionadas / controladas
Disponibilidades

	2022		2021	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	49	121	49	121
Total	49	121	49	121

Administração de fundos de investimento

	2022		2021	
	Aplicação FIF	Receita	Aplicação FIF	Receita
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	28.268	2.833	6.251	368
Total	28.268	2.833	6.251	368

As captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. *Remuneração do pessoal-chave da Administração:* Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado: • O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor-executivo e dos diretores, e • O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos e em condições equivalentes aos demais colaboradores. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

Benefícios de curto prazo aos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Proventos	2.975	1.769	9.501	6.856
Participação no resultado	658	–	6.580	4.796
Contribuição ao INSS	692	320	3.514	2.609
Total	4.325	2.089	19.595	14.261

Benefícios pós-emprego

	2022		2021	
Plano de previdência complementar de contribuição definida	–	–	344	250
Total	–	–	344	250

A Companhia, o Banco e as empresas controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **22. Fundos de investimento administrados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.** A Companhia administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2022 atingiram R\$ 82.821.938 (Em dezembro de 2021 - R\$ 57.968.419). A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 22.837 (Em dezembro de 2021 - R\$ 19.722) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços" (nota 23). Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

23. Receitas de prestação de serviços:

	Consolidado	
	2022	2021
Administração de fundos	22.827	19.720
Cobrança	5.046	4.315
Custódia	1.782	1.365
Serviços bancários	5.551	5.539
Taxa administração recursos	274	166
Processamento da compe (a)	1.892	26.678
Convênios (b)	29.936	28.186
Emissão de cartões	17.462	5.704
Aluguéis	3.676	3.676
Garantias prestadas	746	563
Taxa de administração consórcio	367.335	292.235
Comissão seguros	637.037	566.876
Outros serviços	6	7.518
Total	1.093.570	962.541

(a) O processamento da Compe refere-se às receitas do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

(b) A receita com convênios refere-se a receita com arrecadação dos convênios públicos e privados.

24. Despesas de pessoal:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Proventos	3.611	1.768	63.712	56.100
Benefícios	105	–	16.194	14.442
Encargos sociais	692	320	22.185	19.886
Trainamentos	14	10	510	643
Demais despesas de pessoal	–	–	534	552
Total	4.422	2.098	103.135	91.623

25. Outras despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços do Sistema Financeiro (a)	–	–	1.360.270	1.199.421
Depreciação e amortização	44	40	4.489	4.570
Comunicação	2	3	5.841	4.772
Processamento de dados	4	7	17.951	17.537
Serviços de terceiros (b)	1.163	755	357.084	240.311
Convênios Cooperativas (c)	–	–	519.122	463.149
Remuneração parceiras	–	–	10.968	8.638
Água, energia e gás	19	21	714	563
Aluguéis	104	59	243	42
Condomínio	354	348	4.601	4.673
Material	–	–	466	86
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	49	28	10.932	29.612
Transporte	–	–	61	56
Viagem	222	8	1.459	69
Taxas e emolumentos	36	21	966	1.234
Outras despesas	735	596	8.177	5.319
Total	2.732	1.886	2.303.344	1.980.052

(a) As despesas dos Serviços do Sistema Financeiro são compostas substancialmente por despesas de prestação de serviços pelas Cooperativas integrantes do Sicredi na alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES, equalização de custos dos programas PRONAF, seguros, planos de previdência, consórcios, emissão e aquisição de cartões e outros meios de pagamentos, compensação de cheques e outros papéis, crédito com recursos oficiais ou repassados por outras instituições financeiras, câmbio, poupança, fundos e clubes de investimento, e qualquer outro produto e serviço financeiro e não financeiro, observada a regulamentação específica. (b) Serviços de terceiros referem-se principalmente aos valores pagos para as bandeiras Visa e Mastercard referentes a tarifas de processamento de cartões de crédito e débito. (c) Convênios Cooperativas referem-se basicamente às despesas de colocação de cotas da Administradora de Consórcios Sicredi Ltda., e de operações de seguros da Corretora de Seguros Sicredi Ltda. efetuadas pelas Cooperativas de Crédito integrantes do Sicredi.

26. Outras receitas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reversão provisões operacionais	–	–	6.057	13.599
Reversão provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	–	–	1.196	663
Ressarcimento de serviços - cartões (a)	–	–	281.782	184.088
Recuperação de encargos e despesas	–	–	57.918	37.831
Compensação - RCO (b)	–	–	836	73.133
Antecipação de recebíveis - PMA e Domicílio Sicredi (c)	–	–	164.147	37.611
Incentivos promocionais	–	–	4.533	14.006
Serviços precificação	–	–	50.105	12.874
Atualização de depósitos judiciais e créditos tributários	164	–	7.475	1.228
Outras receitas	9	62	3.912	546
Total	173	62	577.961	375.579

(a) As receitas com Ressarcimento de serviços - cartões são referentes aos serviços de tarifas e processamento dos cartões realizadas pelas Cooperativas. (b) Compensação - RCO refere-se a receita com tarifas operacionais da compensação bancária com as outras instituições financeiras. (c) Antecipação de recebíveis PMA e Domicílio Sicredi referem-se ao montante disponibilizado pelas Cooperativas de forma a suportar os volumes antecipados pelos Associados correspondentes às operações com cartões.

27. Outras despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	–	–	3.530	2.732
Provisão para passivos contingentes	–	–	6.230	961
Provisão de garantias prestadas	–	–	1.279	180
Tarifa benefício INSS	–	–	31.908	13.524
Ressarcimento RCO (b)	–	–	3.213	96.632
Descontos concedidos em renegociação	–	–	523	91
Multa e juros	–	–	–	786
Outras despesas	22	–	15.277	7.702
Total	22	–	61.960	122.608

(a) Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS referem-se às despesas pela prestação de serviços bancários de recolhimento de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários relativo ao convênio realizadas pelas Cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi.

(b) Ressarcimento RCO referem-se a despesa com tarifas operacionais da compensação bancária com as outras instituições financeiras.

28. Resultado não recorrente:

	Consolidado	
	2022	2021
Eventos não recorrentes	–	–
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (adicional)	–	(10.008)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (a)	–	(1.522)
Resultado não recorrente	3.124	8.486

(a) A Medida Provisória nº 1.115 publicada em 29 de abril de 2022 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiros, segurados e cooperativas em um ponto percentual, passando de 20% para 21% para bancos e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. **29. Estrutura de gerenciamento de risco e de capital:** O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir: I - Estrutura de gerenciamento de capital: Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital. Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem: • Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital; • Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do Sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente; • Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos; • Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital; • Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; • Risco operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas: • Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição; • Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais; • Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição; • Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança; • Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional; • Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade. Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de continuidade de negócios: Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção. O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas. Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas. Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada

Sicredi Participações S.A.

★ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição; • Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital; • Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas; • Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerado a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema. V - Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB): O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB. Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente. Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem: • Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição; • Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital; • Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas; • Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema. VI - Risco de liquidez: O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como: • A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e • A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem: • Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo; • O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela Instituição; • Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento; • Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez; • Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo. VII - Risco de crédito: A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi. As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente. VIII - Risco socioambiental: O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema. Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem: • Normalização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema; • Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema; • Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações; • Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental; • Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança; • Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas. IX - Risco de conformidade: O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos. A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A., que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade. A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção; (ii) Detecção; e (iii) Correção. Os processos para o gerenciamento do risco de conformidade incluem: • Identificação dos riscos de conformidade da instituição; • Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias; • Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade. • Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas; • Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo; • Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência. X - Risco de segurança da informação: O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação. No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio. XI - Informações Adicionais: A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Conglomerado Prudencial do Banco > Relatórios de Riscos Pilar 3. Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios. 30. **Análise de sensibilidade:** Em atendimento às exigências do art. 35 da Resolução Bacen nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, que pode ocorrer nos principais itens de balanço: • Resultado da intermediação financeira: considerando uma redução da aplicação de recursos das Cooperativas no Banco, a redução de disponibilidade de *funding* e a redução pela procura de crédito por parte dos Associados e Cooperativas; • Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito: aumento considerando a migração do porte das Cooperativas e a qualidade da carteira de crédito; • Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possível aumento visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia; • Créditos tributários: aumento resultante das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos. O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Conselho de Administração

Fernando Dall'Agnese - Presidente Conselho de Administração

Diretoria

César Gioda Bochi - Diretor Executivo

Alexandre Englert Barbosa - Diretor

Contador

Eduardo Netto Sarubbi - CRC-RS 060899/O-8 CPF 694.157.650-20

Parecer do Conselho Fiscal

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da Sicredi Participações S.A., Porto Alegre - RS. O Conselho Fiscal da Sicredi Participações S.A., CNPJ/MF nº 10.480.950/0001-14, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas e recomenda sua aprovação.

Porto Alegre, 22 de março de 2023.

Egídio Morsch
CoordenadorEdvaldo Maia Lopes Ferreira Filho
ConselheiroJaime Antônio Rohr
ConselheiroMartim Rodrigo Steffenon
ConselheiroSanto Cappellari
Conselheiro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do Sicredi Participações S.A. Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sicredi Participações S.A. ("Sicredipar"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Sicredi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Sicredipar e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos quotistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores da Sicredi Participações S.A. avaliar a posição patrimonial e financeira consolidada da Sicredipar em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Cenários	Resultado da intermediação financeira		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 10%	Redução de 15%
Efeito no resultado	66.583	133.166	199.749
Item sensibilizado	Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
Premissa	Piora de 20%	Piora de 30%	Piora de 40%
Efeito no resultado	(26.096)	(39.143)	(52.191)
Item sensibilizado	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(3.346)	(6.692)	(10.038)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 10%	Aumento de 20%	Aumento de 30%
Efeito no resultado	19.193	38.387	57.580

31. Índices de Basileia e de imobilização: As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 4.192/13, nº 4.193/13 e pela Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	4.013.829	2.721.281
Nível I (NI)	3.784.507	2.675.170
Capital Principal (CP)	3.558.635	2.449.764
Capital Social	3.488.977	2.388.977
Reservas de Capital	69.661	60.685
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	221
Ajustes Prudenciais	(3)	(119)
Capital Complementar (CC)	225.872	225.406
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	225.872	225.406
Nível II (NII)	229.322	46.111
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	1.319.991	46.111
Dedução de investimento em outras entidades	(1.090.669)	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	24.498.310	17.826.571
Risco de Crédito	21.572.307	15.382.056
Risco de Mercado	343.000	83.032
Risco de Operacional	2.583.003	2.361.483
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	124.641	242.288
Margem de Capital¹	1.316.868	696.337
Índice de Basileia (PR /RWA)	16,4%	15,3%
Capital Nível I (NI /RWA)	15,4%	15,0%
Capital Principal (CP /RWA)	14,5%	13,7%
Capital Complementar (CC /RWA)	0,9%	1,3%
Capital Nível II (NII /RWA)	0,9%	0,3%
Situação de Imobilização (Imob)	91,071	87,428
Índice de Imobilização (Imob /PR)	2,3%	3,2%

32. Bancos correspondentes: Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

33. Compromissos, garantias e outras responsabilidades:a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021
3.092	3.392

Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021
3.092	3.392
138.940	105.865
23.207.853	10.739.313
43.134.118	38.563.541

(a) Os beneficiários de garantias prestadas correspondem basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos a terceiros em moeda nacional. (b) Os depositários de valores em custódia/garantia referem-se aos valores de títulos de terceiros custodiados na B3 e no SELIC. (c) Os títulos em cobrança representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

b) Outras garantias

Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021
351.051	425.604

Margem garantia B3

34. Cobertura de seguros: A Companhia por meio do Banco e as suas controladas mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes. **35. Outros assuntos:** a) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021: Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *Hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco durante o exercício de 2022. Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação: • Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps); • Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias; • Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.; • Fase IV (2023/2024): Testes e implementações. Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação. b) Medida Provisória nº 1.128/2022: Em novembro de 2022, a Medida Provisória 1.128/2022 foi convertida na Lei 14.467, ratificando os novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 ("IFRS 9"), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade e fiscal. c) Flexibilização da Coisa Julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF): Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar os Recursos Extraordinários nº 949.297 e nº 955.227, em repercussão geral, Temas 881 e 885, respectivamente, chegou ao entendimento segundo o qual as decisões individuais definitivas, em matéria tributária, ainda que transitadas em julgado, podem vir a perder seus efeitos caso o STF, posteriormente, venha a decidir em sentido contrário. Em razão do entendimento adotado pelo STF, a Administração já finalizou análise das discussões tributárias efetivadas pelo Banco e não foram identificados impactos.

continua-★

* continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicredipar. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicredipar. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicredipar a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 21 de março de 2023.



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR